



# Cafeicultura volta a contar com Departamento no Ministério da Agricultura

Solicitação de representantes do setor de produção de café foi recebida por Blairo Maggi, que deu andamento ao trâmite para a criação do Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia

*Paulo A. C. Kawasaki*

No dia 21 de setembro, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.852, que criou o Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia dentro da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A medida atendeu a um pleito do setor privado, que criticou a extinção do Departamento do Café, em 2015, durante reordenamento proposto pela então ministra Kátia Abreu.



CRÉDITOS: EXPORTADORA GUAXUPÉ

O presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), deputado Silas Brasileiro, recorda que assumiu a frente de um trabalho conjunto com as demais instituições da cadeia produtiva no intuito de que o café voltasse a ter uma estrutura própria dentro do Governo. “Lideramos um intenso trabalho de demonstração, ao ministro Blairo Maggi, da necessidade de uma estrutura própria para o café dentro do Mapa em função de sua importância econômica, social e ambiental, não sendo recomendado que o setor ficasse à mercê de burocracias para a adoção das políticas públicas necessárias”, revela.

Segundo ele, apesar da estrutura enxuta apresentada, o ministro fez o possível diante do atual cenário do País e, a partir de agora, o que interessa é que o Departamento poderá retomar os trabalhos do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). “Será possível dar encaminhamento às decisões tomadas no CDPC e otimizar a operacionalização dos aproximadamente R\$ 6 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), acabando com a burocracia que havia desde 2015 e ampliando a sinergia entre os setores público e privado”, comenta Brasileiro.

O setor industrial da cafeicultura nacional também viu como positiva a medida encaminhada pelo ministro Blairo Maggi e adotada pelo Governo. De acordo com Nathan Herszkowicz, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o retorno de uma estrutura voltada para a formulação das políticas cafeeiras e para a boa gestão do entendimento entre os vários agentes da cadeia produtiva gera certeza de que o café, por suas “características muito especiais”, continuará a encontrar ideias e iniciativas que apoiem o seu desenvolvimento.

“A valorização da qualidade, a importância da produção sustentável, a atuação em grandes organismos mundiais que influenciam este mercado em transição e a importância crescente de um plano de marketing eficaz são fatores que justificam e demandam a existência de um departamento exclusivo para o café, com participação de todos os organismos do agronegócio e atuação dos comitês técnicos e temáticos, como havia até há pouco tempo”, explica Herszkowicz.

O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), Aguinaldo Lima, recorda que todos os segmentos da cadeia produtiva ficaram “extremamente preocupados e desconfortáveis” com a extinção do Departamento do Café no Mapa pela gestão anterior. Conforme ele, a publicação do Decreto nº 8.852, criando oficialmente o Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia, vem reparar, em parte, a estrutura extinta.

“Ainda não é o ideal, mas entendemos que o ministro Blairo Maggi fez o que foi possível dentro do momento político e econômico. Agora fica a expectativa para a montagem da equipe que comporá a nova estrutura, que precisará de gente capacitada e experiente, uma vez que a grande responsabilidade será a gestão dos quase R\$ 6 bilhões de recursos do Funcafé e das políticas que permeiam toda a cadeia”, analisa Lima.

O presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Mesquita, completa que a reestruturação do café dentro da organização governamental é de suma importância para o desenvolvimento de planos e ações voltados ao setor. “Entendemos

que, com o departamento, será possível retomarmos os trabalhos voltados às áreas de planejamento estratégico, pesquisa e desenvolvimento, promoção e marketing e acordos internacionais, temas de fundamental relevância para o café e que voltarão a ser tratados dentro das reuniões dos Comitês Diretores do CDPC”, destaca.

Para o presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), Nelson Carvalhaes, desde que bem conduzido, o novo departamento poderá contribuir para a melhoria constante nas informações estatísticas do Brasil e na elaboração de políticas estratégicas. “Dentro de um cenário de liberdade de mercado, o departamento favorecerá para que o Governo e o setor privado definam conjuntamente as ações do segmento cafeeiro, o que é fundamental para que possamos realizar ações de incremento do consumo interno, pensando nas indústrias de torrefação e de solúvel. Também poderemos ampliar o investimento em pesquisas e tecnologia, com melhoras na produção, e, conseqüentemente, na elevação de nossas exportações, sempre observando o crescente consumo mundial”, opina.

O presidente do CNC salienta que a ação do ministro foi correta e merecedora de reconhecimento por todas as lideranças da cadeia produtiva. “Acreditamos que, à medida do possível, o café voltará a ter reconhecida sua importância econômica e social para o País, havendo mais celeridade na tramitação das demandas e mais sinergia na condução da política cafeeira do Brasil, que sempre foi referência para os demais países produtores do mundo”, finaliza Brasileiro. ☺